

Para executivo não há acordo sem passar pelo FMI

por Walkyria Portes
de São Paulo

Será difícil ao Brasil fechar um acordo amplo com os bancos credores privados, antes de um acerto formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como pretende o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, entendem executivos de bancos estrangeiros com representação no País. O que eles consideram possível é um acordo em princípio, que só seria definido depois do acerto com o FMI, de modo a permitir tanto ao País quanto a seus credores dizerem que não fizeram concessões.

"De início, é possível que o Brasil consiga um acordo semelhante ao que foi obtido no ano passado, que previu basicamente o 'relanding' (reempréstimo) de

recursos referentes a 88%, acredita o executivo de um banco inglês. Para esse executivo, os credores concordariam em refinarciar os juros deste ano e o principal do ano passado, mas não em bases plurianuais, nem com redução de 'spreads'.

As pressões políticas dentro do País são fortes, dizem alguns executivos estrangeiros, e os credores deverão ponderar esse aspecto. De qualquer forma, o resultado não deverá ser nada que destoe de acordos firmados com outros devedores, apenas algo que permita ao governo brasileiro dizer que não fez concessões. "Não há motivos para o Brasil receber um tratamento diferente do dispensado a outros devedores", afirma o representante de um grande banco britânico.

FEDERAL RESERVE